

— Distrito federal

A Brasília, capital, e o Entorno, estadual

Sully Alves de Souza

A principal justificativa da implantação de Brasília está confirmada e até superada. O desenvolvimento do Distrito Federal ultrapassou todas as expectativas com o maior crescimento do país. As plantações de soja ajudaram a fazer do Brasil o maior produtor do mundo. As várias cidades nascidas à margem da estrada Belém—Brasília fizeram a ocupação pacífica e produtiva daquele Brasil abandonado.

JK tinha razão: a mudança da capital, além de constituir uma necessidade política, era uma providência urgente, de alto interesse nacional, a ser tomada naqueles não tão distantes idos de 1960. Além de ter comprovado o acerto de sua localização no Planalto Central, Brasília já mostrou sua capacidade de resistência nos vários eventos históricos de que foi palco, inclusive enfrentando alguns movimentos para a volta à antiga sede.

Agora, passados os 42 anos da inauguração, põe-se um problema novo a ser resolvido, exatamente a consequência desse desenvolvimento inesperado, exigindo urgentes providências no interesse da preservação da Brasília — capital, e também do crescimento do chamado Entorno, hoje novo pólo de desenvolvimento do Centro-Oeste. Noticia-se para este ano a implantação, na área, de uma fábrica de cerveja, de uma indústria de lataria e até de uma indústria de alimentos congelados com exportação dirigida para a Europa.

Hoje, o Plano Piloto tem cerca de 280.000 habitantes, apenas 14% da população do Distrito Federal (dados do IBGE), de 2 milhões. Temos aí três problemas: 1) o governador do Distrito Federal, eleito pela imensa maioria (86%) das cidades do Distrito Federal, governa também e obviamente o Plano Piloto, onde tem sede a capital da República, mas vive pressionado pelas carências decorrentes do extraordinário crescimento do Entorno; 2) as cidades do DF vêm manifestando a natural aspiração à autonomia política, pretendendo eleger seus prefeitos e suas câmaras municipais, o que é inadmissível no Distrito Federal;

3) a União Federal está despertando para tais problemas, como se vê do decreto editado em 10 de janeiro, com a criação da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central, ocupando 60% do DF, verdadeira intervenção branca na administração do DF, tanto que doravante qualquer licenciamento para ocupação do solo, naquela área, precisará também de autorização federal.

O Plano Piloto, graças à atuação de sua comunidade, vem resistindo às pressões para aumento de gabaritos e outras transgressões e assim mantendo a boa qualidade de vida de seus habitantes e as características da cidade moderna, constituída em Patrimônio da Humanidade. Ocorre que Brasília é também a sede da capital federal, de modo que a União deve também participar da administração de seu território.

As cidades do DF e as demais que formam o Entorno, já livres do natural engessamento que decorre do tombamento do Plano Piloto pela Unesco e sem as restrições do Plano Piloto como as que resultam da posição de capital federal, desejam a boa qualidade de vida, acompanhada do natural crescimento e da modernização mas com a autonomia que lhes permita escolher os seus representantes e governantes e a participação nos programas de governo.

Como se vê, são duas posições distintas, antagônicas mesmo, que já foram percebidas pelo Congresso Nacional quando em 1996 as mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal apresentaram a Proposta de Emenda Constitucional nº 56, a qual tramitou no Senado até 1999 quando foi arquivada por ter passado 2 anos sem andamento, isto é, por falta de interesse político.

A proposta, que pode ser renovada (o Regimento Interno do Senado não permite o desarquivamento) continha estes dados interessantes: a) o DF ficaria reduzido às atuais áreas administrativas do Plano Piloto, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro, Lago Sul, Lago Norte, Candangolândia, Guará e Paranoá; b) o governador seria indicado pelo presidente da República e aprovado pelo Senado; c) as demais cidades do DF e as de Minas Gerais e Goiás constantes do Entorno diriam, em conjunto, sobre a sua preferência em aderir aos estados limítrofes do atual DF, ou ao novo Estado do Planalto Central, cuja capital seria Taguatinga.

É claro que é necessário saber do interesse pela proposta de todos os envolvidos — União, Distrito Federal, Minas Gerais, Goiás e os habitantes do Entorno — e o Senado é a Casa própria para tal sondagem. Outros detalhes e outras idéias certamente advirão na tramitação desse ou de outro projeto que trate da matéria. Agora que se aproximam as eleições gerais, parece ser este o momento político de retomar o assunto que é, a um tempo, urgente e de interesse nacional e regional.